

2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte - MG

AUTOS nº: 5028847-56.2016.8.13.0024

**ANTÔNIO DA COSTA LIMA FILHO e
FABIANA DE OLIVEIRA ANDRADE**, Peritos
Contadores Judiciais, vêm, observando as Normas
Brasileiras de Perícia (NBC TP 01) e do Perito
Contábil (NBC PP 01), apresentar seu **PARECER
TÉCNICO**.

Assim sendo, encontram-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos
que se façam necessários.

Termos em que, pede deferimento.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2019.



Antônio da Costa Lima Filho

Perito Contábil

CRC-MG 41.323

ASPEJUDI N.º 075



Fabiana de Oliveira Andrade

Perita Contábil

CRC/MG 090.063

PARECER TÉCNICO CONTÁBIL

1 Informações Preliminares

O presente Parecer Técnico baseia-se nas informações constantes nos autos *n. 5028847-56.2016.8.13.0024* e nos documentos colocados à disposição desses peritos-contadores.

No intuito de elucidar a matéria, demonstrar-se-á o marco conceitual e normativo inseridos no âmbito da Ciência Contábil que envolve o **OBJETO DA PERÍCIA TÉCNICA**, bem como os resultados dos exames e procedimentos periciais adotados.

Salienta-se que esses itens constituíram os fundamentos da metodologia e dos critérios utilizados para elaboração do Parecer Técnico.

2 Do Objetivo da Perícia Técnica

Este Parecer Técnico tem a finalidade de apresentar, com base nas informações disponíveis,

i) uma análise da situação econômico-financeira da Elmo Calçados S/A – Em Recuperação Judicial (**período: janeiro a setembro de 2018**), bem como trazer atualizações de informações primordialmente econômico-financeiras da Recuperanda.

3 Dos Procedimentos e Critérios de Trabalho

4.1 Base de Preparação

A base de preparação para elaboração do Parecer Técnico consistiu na análise dos demonstrativos financeiros concernentes ao período decorrido entre o Pedido de Recuperação: janeiro a dezembro de 2017 e janeiro a setembro de 2018.

A análise pericial foi realizada com base nos demonstrativos financeiros da Companhia, no relatório dos auditores independentes concernentes ao exercício findo de 31/12/2017, balancetes analíticos mensais, fluxo de caixa mensal e informações complementares, entregues pela Administração após solicitação.

Salienta-se ainda, que a Recuperanda foi auditada no período de 2017 pela empresa ASCONP Assessoria, Consultoria e Planejamento Ltda., sendo representado pelo Dr. João da Costa Lisboa.

Conforme Parecer dos Auditores Independentes emitido em 26 de março de 2018:

[....]

Item 6 – Em decorrência do Plano de Recuperação Judicial aprovado, os empréstimos a pessoas ligadas constante do item 2.12, letra b, (folha 20 das notas explicativas), as atualizações contratuais pela correção monetária e os juros, serão aplicados após carência de 36 (trinta e seis) meses, seguindo as mesmas fundamentações do Plano de Recuperação, por via de aditivos ao contrato de mútuo, sendo que o prazo de pagamento será objeto de decisão em assembléia específica.



Item 7 – Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa no ano de 2017, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos foram elaborados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Com relação às informações financeiras da Recuperanda, preparadas em períodos mensais, estas não são submetidas à revisão de auditoria independente. Para essas informações foram analisados os balancetes mensais de **janeiro a setembro de 2018.**

Foram disponibilizados ainda, os livros contábeis (Diário e Razão) do exercício de 2017 (arquivo SPED), os documentos que lastrearam os lançamentos contábeis selecionados por amostragem, o contrato social da requerente e de suas partes relacionadas, contrato de cessão de crédito e prestação de serviços celebrado entre a empresa IBR Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e a OIKOS Representações, cópia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) dos exercícios de janeiro de 2015, janeiro de 2016, janeiro e julho/2017, janeiro a julho de 2018, contrato de empréstimo capital de giro, documentos relativos aos Pedidos de Parcelamento de tributos, bem como outras informações e esclarecimentos solicitados à Administração da empresa.

O responsável técnico pela escrita contábil, nos exercícios de 2017 e 2018 é o Sr. Charlston Aguiar, carteira profissional n.º 070.038, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais.

Em que pese à verificação acerca da realização regular de auditoria externa independente, foram realizadas visitas à sede da requerente (*Diligências in loco*), onde foram coletadas informações e documentos complementares. Foram ainda examinados os documentos que lastrearam os lançamentos contábeis, que levaram em consideração os saldos mais significativos.

O objetivo das próximas seções é então o de apresentar as principais variações patrimoniais e de resultados reportados pela Recuperanda nos períodos concernentes aos exercícios findos de 2017 e janeiro a setembro de 2018, evidenciando as movimentações patrimoniais e financeiras mais relevantes.

4 Do Histórico e Apresentação da Elmo S/A – em Recuperação Judicial

Consoante Contrato Social, a Elmo S/A é uma sociedade por ações, sendo sua matriz localizada à rua Carijós, n. 561, Centro, BH/MG. O Estatuto Social foi registrado sob o n.º 31300000608-5 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

De acordo com o referido Estatuto Social, a Recuperanda possui o seguinte objeto social:

ESTATUTO SOCIAL – ARTIGO 4º - “A sociedade tem por objetivo:

- a) Comercialização, importação e exportação de calçados, malas, vestuários, artigos esportivos, acessórios para vestuário e artigos congêneres;
- b) Comercialização, importação e exportação de quaisquer insumos, componentes e materiais de embalagens dos produtos constantes na letra “a”;
- c) Representação comercial de empresas nacionais e estrangeiras;
- d) Prestação de serviços de administração comercial, financeira e outros;
- e) Exploração de marcas e patentes e quaisquer outros direitos de propriedade comercial e intelectual;
- f) Participação em outras empresas no país ou exterior, qualquer que seja a sua forma e objetivo na qualidade sócia, quotista ou acionista.

O capital social da requerente é formado por **RS\$45.241.092,00** (quarenta e cinco milhões e duzentos e quarenta e um mil e noventa e dois reais), ordinárias e preferenciais, conforme demonstrado:



Número de Ações	Último Exercício Social 31/12/2016	
	%	R\$
Do Capital Integralizado		
Ordinários		
Espólio de Ignácio Ballesteros Rodriguez	3,4835%	R\$ 1.575.968,00
Espólio de Elmo Ballesteros Perez	0,0018%	R\$ 819,00
José Ballesteros Perez	0,0018%	R\$ 818,00
Helena Ballesteros Braga	0,0000%	R\$ 10,00
Elisabete Ballesteros Falci	0,0036%	R\$ 1.618,00
Rodrigo Ballesteros Falci	0,0000%	R\$ 10,00
EBP - Comércio e Administração S/A	46,5093%	R\$ 21.041.305,00
Total	50,0000%	R\$ 22.620.548,00
Preferenciais		
Espólio de Ignácio Ballesteros Rodriguez	3,4835%	R\$ 1.575.968,00
Espólio de Elmo Ballesteros Perez	0,0018%	R\$ 818,00
José Ballesteros Perez	0,0018%	R\$ 819,00
Helena Ballesteros Braga	0,0000%	R\$ 10,00
Elisabete Ballesteros Falci	0,0036%	R\$ 1.616,00
Rodrigo Ballesteros Falci	0,0000%	R\$ 10,00
EBP - Comércio e Administração S/A	46,5093%	R\$ 21.041.303,00
Total	50,0000%	R\$ 22.620.544,00
Ordinárias		R\$ 22.620.548,00
Preferenciais		R\$ 22.620.544,00
Total		R\$ 45.241.092,00

De acordo com os instrumentos contratuais disponibilizados pela Elmo Calçados S/A, a Recuperanda está inserida em um grupo econômico conforme descrito abaixo:

- EBP Comércio e Administração S/A
- IBR Adm. Participação Com. S/A
- EBP Trust S/A
- CNK Participações S/A
- IBR Adm. De Cartões de Crédito Ltda.

Em 20 de setembro de 2017 foi realizada a Assembléia dos Credores para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial o qual foi aprovado pelos convocados presentes. Em 24 de novembro de 2017, foi homologada o Plano de Recuperação Judicial da empresa.

5 Da Reestruturação das Filiais

A Recuperanda promoveu a reestruturação de suas empresas filiais encerrando as atividades de filiais que apresentavam trajetórias de resultados econômico financeiros insatisfatórios recorrentes. Conforme informações da Administração, as seguintes filiais foram encerradas:

F. 57	AV. VILARINHO, 1300, Lj. 10/11, 12/13, 14, SÃO PEDRO, VENDA NOVA - BH / MG	17.170.416/0062-72	ENCERRADA
F. 65	AV. EDMÉIA MATTOS LAZZAROTTI, 1655, Ljs 113/114//115 ANGOLA - BETIM / MG	17.170.416/0070-82	ENCERRADA
F.83	RUA GURUPA, 33 - CACHOEIRINHA - BH/MG	17.170.416/0090-26	ENCERRADA
F.99	AV. CARLOS LINDENBERG, 723 LOJA 01; LOJA 02; CRISTOVAO COLOMBO - VILA VELHA	17.170.416/0106-28	ENCERRADA

A Elmo Calçados S/A contava com **54 Lojas**, sendo 35 em Belo Horizonte e grande Belo Horizonte – MG, 01 Loja em Ipatinga – MG, 02 Lojas em Sete Lagoas e 17 (dezessete) lojas em Vitória – ES e Região Metropolitana.

Após o Pedido de Recuperação Judicial e reestruturação dos seus negócios apresentava em sua estrutura no mês de setembro de 2017, **51 Lojas**, sendo: 35 em Belo Horizonte e grande Belo Horizonte – MG, 01 Loja em Ipatinga – MG, 02 Lojas em Sete Lagoas e 14 (quatorze) lojas em Vitória – ES e Região Metropolitana.

▶ Atualmente, em **setembro de 2018**, a Recuperanda apresenta em sua estrutura **47 Lojas**, sendo: 31 em Belo Horizonte e grande Belo Horizonte – MG, 01 Loja em Ipatinga – MG, 02 Lojas em Sete Lagoas e 13 (quatorze) lojas em Vitória – ES e Região Metropolitana, conforme relação a seguir:

**ELMO****DADOS CADASTRAIS FILIAIS ELMO CALÇADOS S/A
MINAS GERAIS / ESPÍRITO SANTO.**

FILIAL	ENDEREÇOS	CNPJ
F. 04	AV. JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 2820, DA GLÓRIA - CONTAGEM / MG	17.170.416/0005-84
F. 07	RUA PADRE PEDRO PINTO, 870, CENTRO,VENDA NOVA - BH / MG	17.170.416/0009-08
F. 08	AV. PARANÁ, 334, CENTRO, BH / MG	17.170.416/0037-61
F. 12	AV. PRES.CARLOS LUZ, 3001, L.J. 2038, CAICARA - BH / MG	17.170.416/0017-18
F. 13	RUA RODRIGUES CALDAS, 200, SANTO AGOSTINHO - BH / MG	17.170.416/0018-07
F. 14	RUA CARIJÓS, 551, CENTRO, BH / MG	17.170.416/0019-80
F. 17	AV. GAL DAVID SARNOFF, 5.160 -LJS 153/154 - C. INDUSTRIAL - CONTAGEM - MG	17.170.416/0023-66
F. 18	AV. CRISTÓVÃO COLOMBO, 187, LOJA 10 - FUNCIONÁRIOS, BH / MG	17.170.416/0024-47
F. 20	BR. 040, KM 688-CEASA SHOP, L.J. 19/22, GUANABARA - CONTAGEM / MG	17.170.416/0027-90
F. 25	AV. CRISTIANO MACHADO, 4000, L.J. 124 E 125, SÃO PAULO - BH / MG	17.170.416/0033-38
F. 34	AV. SINFRÔNIO BROCHADO, 306, BARREIRO DE BAIXO, BH / MG	17.170.416/0039-23
F. 36	RUA MONSENHOR MESSIAS, 208, CENTRO - SETE LAGOAS / MG	17.170.416/0041-48
F. 38	RUA CAETÉS, 488, CENTRO - BH / MG	17.170.416/0043-00
F. 40	AV. AMAZONAS, 709, CENTRO - BETIM / MG	17.170.416/0045-71
F. 41	AV. JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 2660, L.J. 4 - DA GLÓRIA - CONTAGEM / MG	17.170.416/0046-52
F. 42	AV. DOM PEDRO I, 402, L.J. 416, ITAPOA/PLANALTO - BH / MG	17.170.416/0047-33
F. 43	AV. PARANA, 161 LOJA - CENTRO - BELO HORIZONTE - MG.	17.170.416/0048-14
F. 47	AV. JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 1275, L.J. 411, EL Dorado - CONTAGEM / MG	17.170.416/0052-09
F. 51	RUA TAMÓIOS, 490, CENTRO - BH / MG	17.170.416/0056-24
F. 64	AV. BRASÍLIA, 2037, SÃO BENEDITO - SANTA LUZIA / MG	17.170.416/0069-49
F. 67	AV. DR. CRISTIANO GUIMARÃES, 1691, L.J. 01/02, PLANALTO - BH / MG	17.170.416/0073-25
F. 68	AV. PEDRO LINHARES GOMES, 3900 LOJA 90/91 - INDUSTRIAL - IPATINGA/MG	17.170.416/0074-06
F. 70	AV. AUGUSTO DE LIMA, 1482, NUM ALTERNATIVO, 1492 - BARRO PRETO, BH / MG	17.170.416/0076-78
F.79	AV. ABILIO MACHADO, 1892 - JARDIM INCONFIDENCIA - BH / MG	17.170.416/0086-40
F.80	RUA URSULA PAULINO, 1610 - BETANIA - BHTE/MG.	17.170.416/0087-20
F.84	AV. OTAVIO CAMPELO RIBEIRO, 2.801, L.J.267 PISO 1 - ELORADO - SETE LAGOAS.	17.170.416/0091-07
F.85	AV. DOS ANDRADAS, 3000 LS 2033/34/35, 2º PISO "BOULEVARD SHOPING" STA EFIGENIA	17.170.416/0092-98
F.86	RUA DOS TUPINAMBAS, 320 - CENTRO - BH - MG.	17.170.416/0093-79
F.90	AV. CRISTIANO MACHADO,11833, L.J.2044,2045,2046 - VILA CLORIS - BH - MG - CEP: 31.744-007	17.170416/0097-00
F.91	AV. AFONSO VAZ DE MELO, 640 - L.J.287/288/289 2: PISO - BARREIRO - BHTE - MG	17.170.416/0098-83
F.93	AV. SEVERINO BALLESTEROS RODRIGUES, 850 LOJA 2105/2106 PISO 2 - RESSACA - CONTAGEM - MG	17.170.416/0100-32
F.94	AV. JUIZ MARCO TULIO ISSAC, 1119 - LOJA: L-1073 E L-1074 - INGA ALTO - BETIM - MG	17.170.416/0101-13
F.95	AV. DOM PEDRO II, 2680, CARLOS PRATES - BH / MG	17.170.416/0102-02
F.A1	RODOVIA BR-381 - FERNÃO DIAS S/N - KM 492 601 LOJA 2050/2051 PISO 2 - BAIRRO SÃO JOAO - BETIM - MG -- FILIAL 101 --	17.170.416/0108-90
F. 03	AV. JERÔNIMO MONTEIRO, 345/53, CENTRO - VITÓRIA / ES	17.170.416/0003-12
F. 11	AV. JERÔNIMO MONTEIRO, 808, LOJA 01 - CENTRO - VITÓRIA / ES	17.170.416/0012-03
F. 24	RUA SIQUEIRA LIMA, 23 - CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM/ ES	17.170.416/0032-57

**ELMO****DADOS CADASTRAIS FILIAIS ELMO CALÇADOS S/A
MINAS GERAIS / ESPÍRITO SANTO.**

FILIAL	ENDEREÇOS	CNPJ
F. 31	AV. CHAMPAGNAT, S/Nº, EDIFÍCIO CEOTO, L.J. 01 - VILA VELHA / ES	17.170.416/0013-94
F. 32	AV. EXPEDITO GARCIA, 99, L.J. 10/12, CARIACICA / ES	17.170.416/0022-85
F. 37	RUA CAPITÃO DESLANDES, 7/9, CENTRO - CACHOEIRO ITAPEMIRIM / ES	17.170.416/0042-29
F. 45	AV. AMÉRICO BUAIZ, 200, QUADRA CS,LJ.142 ENSEADA DO SUA, VITORIA/ES	17.170.416/0050-39
F. 48	AV. AMÉRICO BUAIZ, 200, L.J.118 ENSEADA DO SUA - VITORIA/ES	17.170.416/0053-81
F. 63	RUA AURORA, 400, GLÓRIA - VILA VELHA / ES	17.170.416/0068-68
F. 71	AV. CENTRAL, 606, LARANJEIRAS - SERRA / ES	17.170.416/0077-59
F. 73	AV. EXPEDITO GARCIA, 110, CAMPO GRANDE - CARIACICA / ES	17.170.416/0079-10
F.98	R. LUCIANO DAS NEVES 2418, Nº 2418 LJ 1053 PISO L-1 "SHOPPING VILA VELHA" DIVINO ESPIRITO SANTO VILA VELHA - ES	17.170.416/0104-66
F.A0	AV. CENTRAL, 1078 LOJA 03, BAIRRO PARQUE RESIDENCIAL LARANJEIRAS, SERRA - ES -- FILIAL 100 --	17.170.416/0107-09

6 Do Quadro de Funcionários

De acordo com as informações constantes do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), a Recuperanda detinha em 31/07/2017, **1004** (um mil e quatro funcionários) funcionários diretos.

Em setembro de 2018, após fechamento das filiais e redução do quadro de funcionários, a Elmo Calçados passa a contar com um total de **839** (oitocentos e trinta e nove) funcionários, refletindo a política de reestruturação de custos e despesas com a folha de pagamento.

IDENTIFICADOR	RAZÃO SOCIAL	Nº DE FUNCIONÁRIOS*			
		jan/15	jan/17	jul/17	jul/18
	Total de Funcionários	1124	816	1004	839

* Fonte: CAGED 01/2015, 01/2017, 01/2017, 07/2018

7 – Análise das Demonstrações Financeiras

A análise das demonstrações financeiras tem por objetivo a extração de informações técnicas a partir dos dados levantados pela escrituração contábil compilados nos balanços patrimoniais e demonstrações de resultado do exercício. Os dados contábeis são transformados em informações que permitam analisar a situação econômico-financeira das entidades.

7.1 – Do Desempenho econômico financeiro

Com o intuito de fornecer informações sobre o desempenho econômico e financeiro da empresa serão apresentadas as análises realizadas a partir de dados do **Balanço Patrimonial (BP)** e da **Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)** referente ao período de janeiro a dezembro de 2017 (consolidado) e janeiro a setembro de 2018.

Os demonstrativos financeiros foram padronizados em um modelo sintético (foram simplificados), possibilitando o foco nas principais contas da empresa. Nesse sentido, foram omitidas contas não relevantes para as análises apresentadas e destacadas as contas de maior importância para o entendimento da situação da Recuperanda.



BALANÇO PATRIMONIAL - JANEIRO A SETEMBRO DE 2018

O Balanço Patrimonial evidencia as origens dos recursos e suas aplicações, que se encontram distribuído entre as contas do ativo, passivo e patrimônio líquido.

Balanço Patrimonial

Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido
<p>Circulante Compreende contas que estão constantemente em giro em movimento, sua conversão em dinheiro ocorrerá, no máximo, até o próximo exercício social.</p>	<p>Circulante Compreende obrigações exigíveis que serão liquidadas até o próximo ano: nos próximos 365 dias após o levantamento do balanço.</p>
<p>Não circulante Incluem-se nessa conta bens e direitos que se transformarão em dinheiro após o próximo ano.</p>	<p>Não circulante Relacionam-se nessa conta obrigações exigíveis que serão liquidadas após o final do próximo ano.</p>
<p>Imobilizado São bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa, no caso de bens.</p>	<p>Patrimônio Líquido São recursos dos proprietários aplicados na empresa. Os recursos significam o capital mais o seu rendimento lucros e reservas. Se houver prejuízo, o total dos investimentos proprietários será reduzido.</p>

**ATIVOS**

ATIVO	2017		1º Trim 2018			2º Trim 2018			3º Trim 2018	
	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18
CIRCULANTE	136.071.864	133.816.172	133.987.140	132.783.810	133.393.234	134.250.917	132.672.441	131.836.631	131.235.280	132.141.442
Caixas e Bancos	822.898	592.198	526.504	2.954.793	585.987	545.644	779.778	519.824	513.463	700.379
Aplicações Financeiras	1.525	426.747	560.789	1.525	1.525	88.525	1.525	1.525	1.525	1.525
Cientes Crediário	38.322.066	37.569.302	39.289.606	37.811.590	38.050.830	38.164.794	36.830.215	35.792.011	36.097.876	36.022.183
Cheques a Receber	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815	2.932.815
Cartões de Crédito de Terceiros	6.521.280	4.566.596	1.879.583	634.546	1.445.750	2.723.996	3.997.701	4.373.769	4.097.883	4.212.012
Cientes Faturados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos	2.631.032	1.905.265	2.154.698	1.870.927	1.885.820	1.652.674	1.865.290	1.721.259	1.791.901	1.783.871
Impostos a Recuperar	18.352.692	18.376.991	20.116.342	20.140.251	20.201.936	20.130.705	20.301.304	20.527.461	20.478.136	20.568.032
Outros Direitos	12.992.001	13.018.330	13.042.900	13.079.567	13.086.603	13.100.842	13.114.418	13.229.250	13.199.607	13.141.458
Devoluções a Receber	905.925	892.803	880.487	849.475	861.307	811.637	824.979	754.120	751.380	877.126
Estoques de Mercadorias Revenda	50.971.419	51.785.133	51.015.505	50.858.188	52.710.738	52.487.054	50.428.730	50.356.853	49.704.977	50.232.763
Despesas Antecipadas	1.618.212	1.749.992	1.587.911	1.650.134	1.629.925	1.612.231	1.595.687	1.627.743	1.665.714	1.669.280
NÃO CIRCULANTE	232.415.300	232.683.263	233.055.963	233.707.049	234.339.969	234.497.367	234.737.756	234.830.528	234.949.990	234.773.846
REALIZÁVEL À LONGO PRAZO	146.096.634	146.534.835	147.069.448	147.876.525	148.626.522	148.988.967	149.390.406	149.634.686	149.857.875	149.830.351
Depositos Judiciais	2.533.895	2.538.509	2.544.811	2.697.094	2.772.724	2.772.733	2.773.086	2.773.086	2.793.722	2.798.405
Emprestimos Pessoas ligadas	22.188.145	22.451.079	22.982.969	23.641.344	24.315.709	24.673.841	25.074.926	25.319.206	25.521.760	25.489.552
Funres - Espírito Santo	1.571.050	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883	1.731.883
Títulos a Receber - Direito Creditório	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518	6.569.518
Outras Obrigações de Longo Prazo	529.208	539.028	535.448	531.869	531.869	536.174	536.174	536.174	536.174	536.174
Encargos Financeiros de Parcelament	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818	112.704.818
PERMANENTE	86.318.666	86.148.429	85.986.515	85.830.523	85.713.447	85.508.400	85.347.350	85.195.843	85.092.115	84.943.495
Investimentos	173.480	173.480	173.480	173.480	173.480	128.371	119.401	110.430	101.941	92.412
Imobilizado	20.708.640	20.566.283	20.428.281	20.299.311	20.209.005	20.075.568	19.947.845	19.829.235	19.757.907	19.642.474
Intangível	63.726.036	63.698.155	63.674.244	63.647.222	63.620.452	63.593.951	63.569.595	63.545.668	63.521.757	63.498.099
Diferido	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510	1.710.510
TOTAL DO ATIVO	368.487.164,15	366.499.435,15	367.043.102,93	366.490.858,96	367.733.203,12	368.748.284,31	367.410.197,53	366.667.159,10	366.185.269,61	366.915.288,02

Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Pode-se verificar que no período analisado não houve redução significativa do Ativo Total da empresa. Em dezembro de 2017, o total dos Ativos (bens e direitos) correspondia a R\$ 368.487.164,15, passando a ser de R\$ 366.915.288,02 em setembro de 2018, apresentando uma redução de 0,43 % no período.

Ativo
Total

Redução 0,43 %

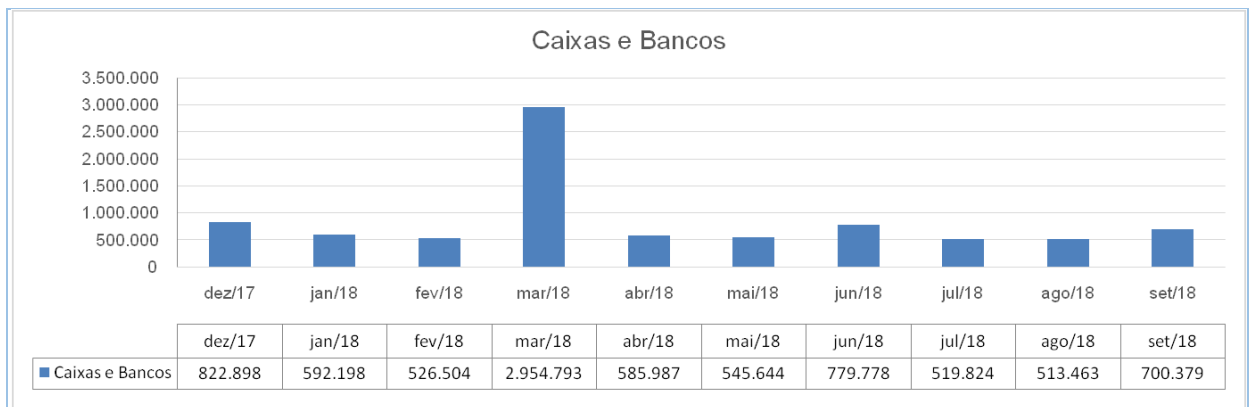


O Ativo Circulante é constituído principalmente pelas contas Cliente Crediário e Estoque de Mercadorias. Vejamos a movimentação patrimonial das contas pertencentes ao grupo Ativo Circulante:

ATIVO CIRCULANTE

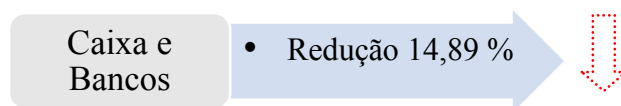
◇ Caixa e Bancos

Nessa conta são registrados os valores em caixa e depósitos bancários, obtendo uma redução de 14,89% no período analisado. Conforme informações da Administração, a redução registrada no período “*decorre basicamente da baixa performance nas vendas diante das consequências mercadológicas. Sobretudo a elevação do saldo em março de 2018, no valor de R\$ 2.954.793,00 está contabilizado o empréstimo de capital de giro e/ou custo de com reestruturação.*”



Fonte: Balanço Patrimonial

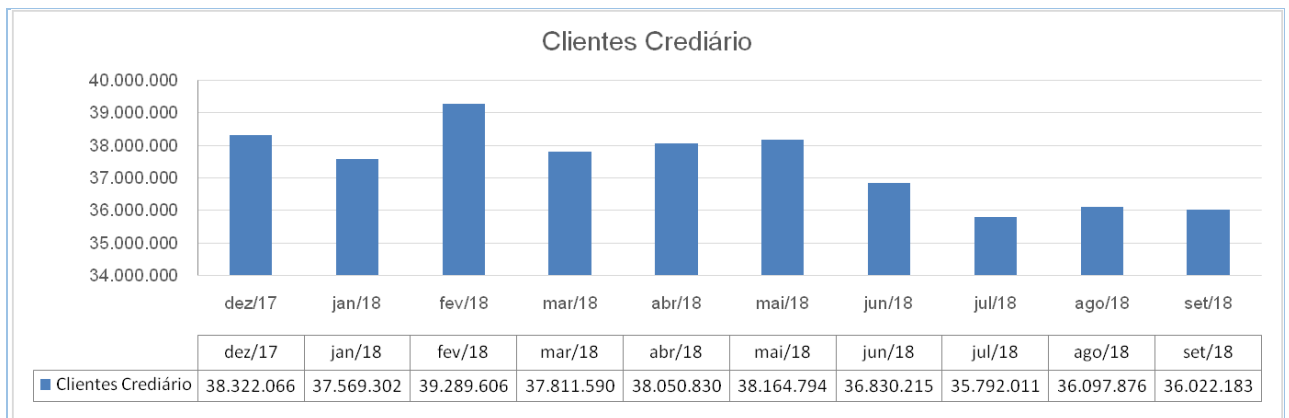
(em R\$)



◇ Clientes Crediário

Essa conta representa os títulos decorrentes de vendas de produtos ligados à atividade empresarial da empresa, acrescida de juros quando aplicável, representando as operações de curto prazo.

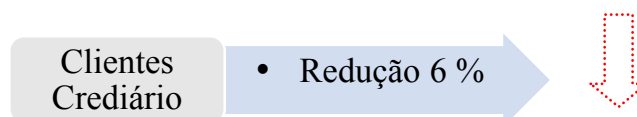
Pode-se verificar uma redução de 6% nos direitos a receber de Clientes Crediários, refletindo a redução no volume de vendas.



Fonte: Balanço Patrimonial

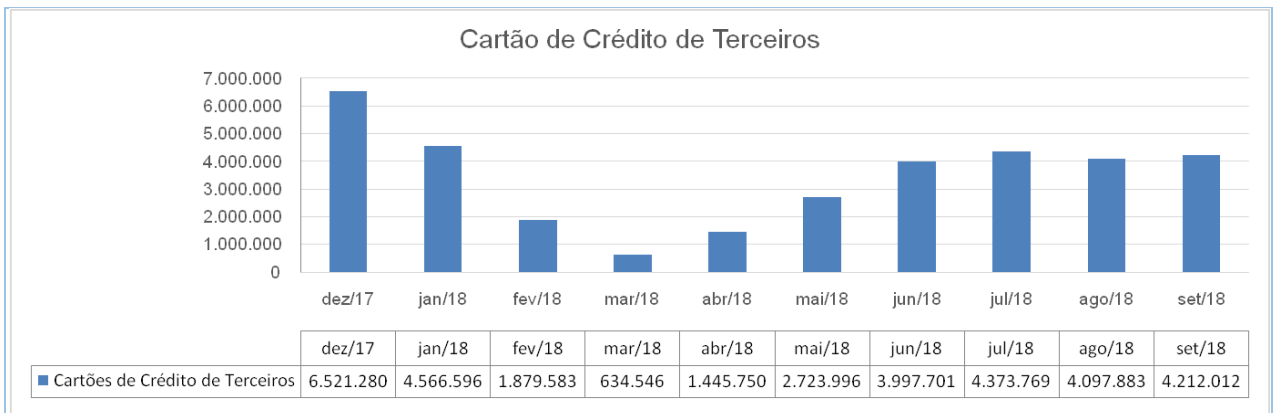
(em R\$)

A Administração esclarece que “a redução nas principais rubricas fomentadoras de Receita, sendo 6% em “Cliente Crediário” e 34% em Cartões de Crédito com Terceiros, correspondem à dificuldade de linha de crédito do clientes/consumidores, devido ao alto índice de inadimplência e o estrangulamento da economia. A operação de cartão próprio, explorada em parceria com Credsystem é considerada uma grande irrigadora de receita, porém o reflexo da crise desencadeou uma baixa performance da Receita Bruta.”



◇ Cartões de Crédito com Terceiros

Essa conta representa os direitos relativos às vendas realizadas com cartão de crédito. Verifica-se uma redução de 34% nos valores registrados nessa conta, “reflexo da crise econômica a qual desencadeou uma baixa performance da Receita Bruta”.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Cartão de Crédito de
Terceiros

• Redução 34 %



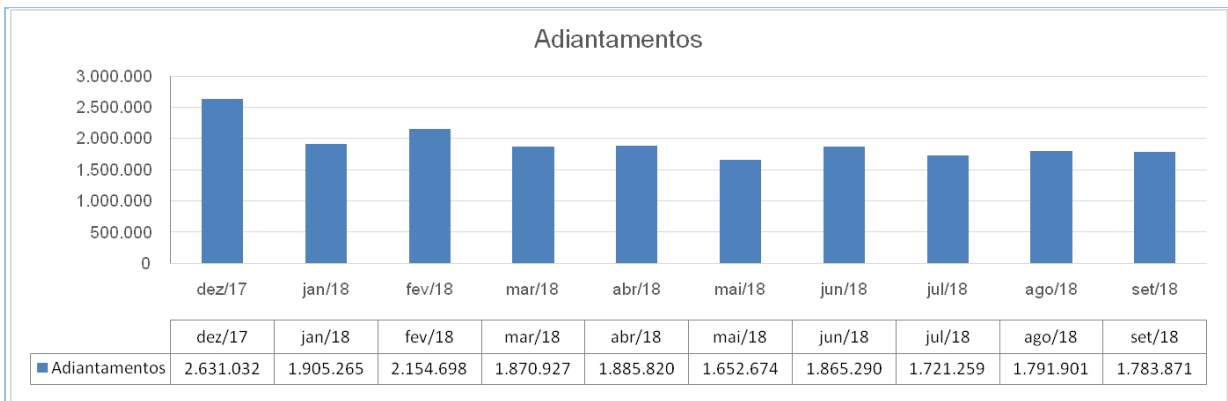
◇ Adiantamentos

Os adiantamentos são representados por adiantamentos a terceiros, fornecedores de revenda e serviços, adiantamentos de férias, 13º salário e viagens. Verifica-se que essa conta sofreu uma redução nos adiantamentos realizados de 32,20%.

Adiantamentos

• Redução 32,20 %





Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

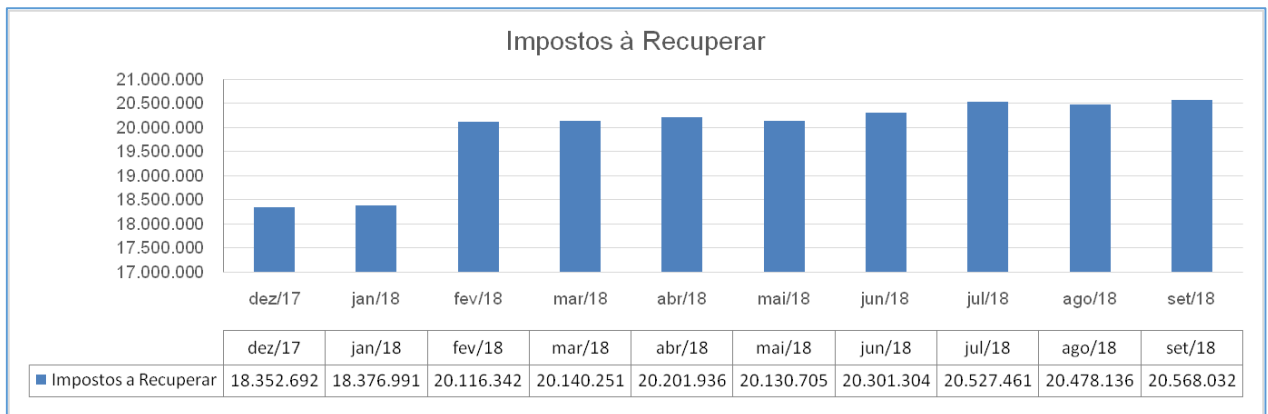
A Administração esclareceu que “essa redução foi gerada em decorrência da aprovação do Plano de Recuperação Judicial convergindo em segurança aos credores. Pela insegurança gerada pela propositura da Recuperação Judicial, parte dos credores seguiram o fornecimento somente com o pagamento à vista, ou seja, no faturamento. A saída do ex-gestor Sr. Alexandre Dani Matta Machado contribuiu para o reestabelecimento das parcerias com os fornecedores, que este os matinha em condições desfavoráveis. A retomada da família à gestão diminuiu esta distância com os fornecedores e esta relação reverberou em compras a prazo reduzindo a necessidade de adiantamento para o futuro fornecimento. ”

◇ **Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são representados pelos créditos tributários decorrentes de compras de mercadorias para revenda os quais, são compensados na apuração (regime débito e crédito).

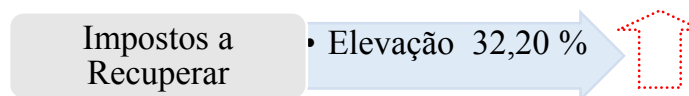
Os Impostos a Recuperar representam 5,61% do Ativo Circulante. Salienta-se que essa conta obteve um aumento de 12,07%, representando os direitos relativos a créditos tributários.

Conforme Administração “após o reestabelecimento da parceria com fornecedores, são realizadas compras com maior apropriação de crédito de ICMS, principalmente as compras dentro do Estado.”



Fonte: Balanço Patrimonial

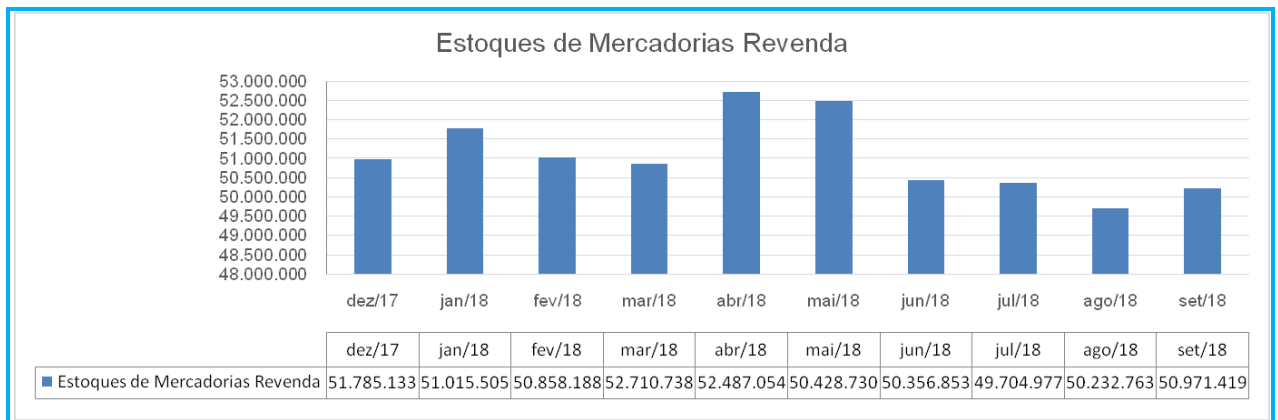
(em R\$)



◇ Estoques

Nessa conta estão registrados os estoques de mercadoria para revenda, separados entre as Filiais MG e Filiais ES, representando 13,69% do Ativo Circulante.

Pode-se verificar que o estoque de mercadoria manteve-se no mesmo patamar no período analisado, apresentando elevação no período de abril e maio de 2018, período de maior expressividade de vendas no comércio.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

ATIVO NÃO CIRCULANTE

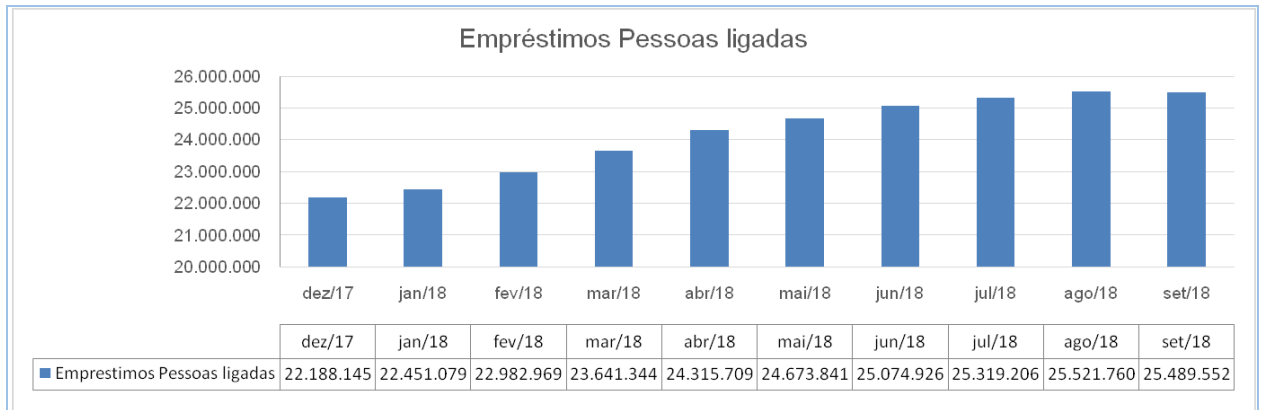
Percebe-se que, em todo o período analisado, a maior parcela dos ativos totais da empresa se refere às contas não circulantes, representando 63% do total dos ativos. Constata-se que os Ativos Não Circulantes não sofreram variações significativas em termos de sua representatividade em relação aos ativos totais no período periciado. É representado pelas contas do Ativo Realizável a Longo Prazo e Permanente.

Ativo Realizável à Longo Prazo

O Ativo Realizável à Longo Prazo é representado pelas contas: Depósitos Judiciais, Empréstimos Pessoas Ligadas, Funres – ES, Títulos a Receber – Direito Creditório, Outras obrigações de Longo Prazo e Encargos financeiros de Parcelamento.

Vejamos a movimentação patrimonial das contas pertencentes ao grupo Ativo Não Circulante, subgrupo: Ativo Realizável à Longo Prazo.

◇ Empréstimos a Pessoas Ligadas



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Constam registrados nessa conta, contratos de mútuos entre a EBP Comércio e Administração e Mutuário Elmo Calçados S.A em razão de contrato de cessão e aquisição de Direito Creditório e outras Avenças, dentre outros. São registrados empréstimos realizados aos sócios através de contratos de mútuo.

Empréstimos a
Pessoas Ligadas

• Elevação 14,87 %

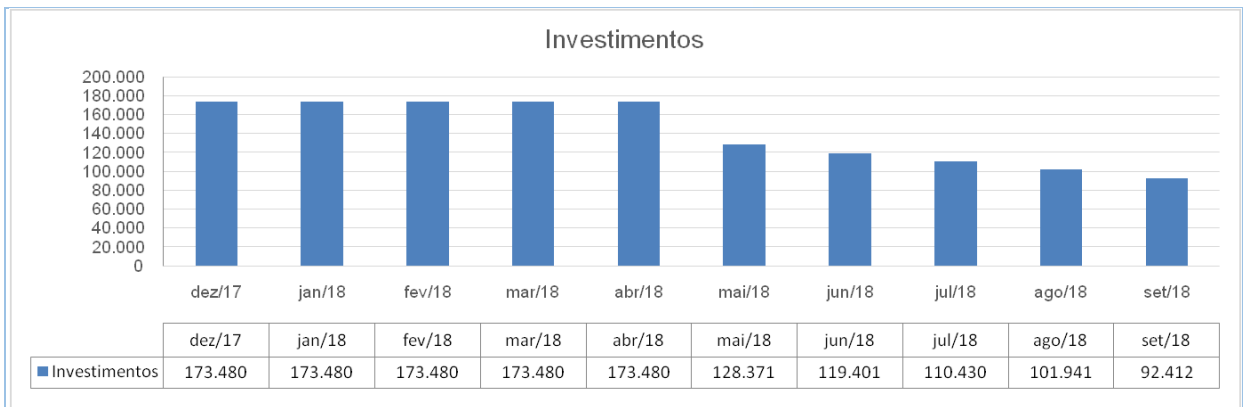


◇ PERMANENTE

Compõe o grupo Permanente, as contas: Investimentos, Imobilizado e Intangível.

◇ Investimentos

Nessa rubrica houve redução dos investimentos realizados pela Elmo S.A de 46,73 %.



Fonte: Balanço Patrimonial

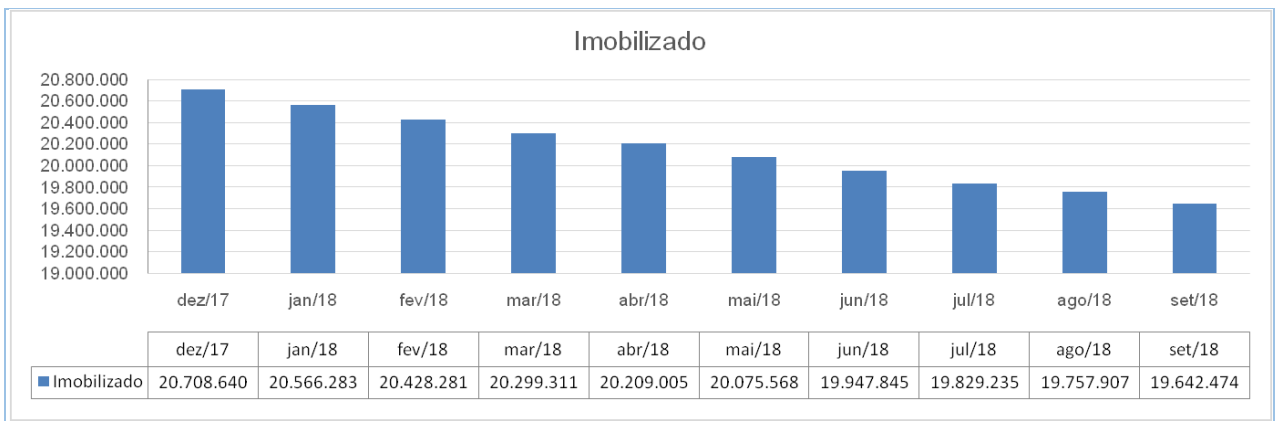
(em R\$)

Investimentos • Redução 46,73 %



◇ Imobilizado

Nesse grupo são registrados os imóveis, terrenos, prédios e edificações, móveis e utensílios e instalações, veículo, maquinários e equipamentos, computadores e periféricos, depreciação e amortização acumuladas. Houve uma redução de 5,15% nesse grupo.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Imobilizado • Redução 5,15 %



PASSIVO

São registradas nesse grupo as obrigações de curto e longo prazo da Recuperanda. Vejamos o detalhamento da movimentação das principais contas que compõe esse grupo.

Passivo Circulante

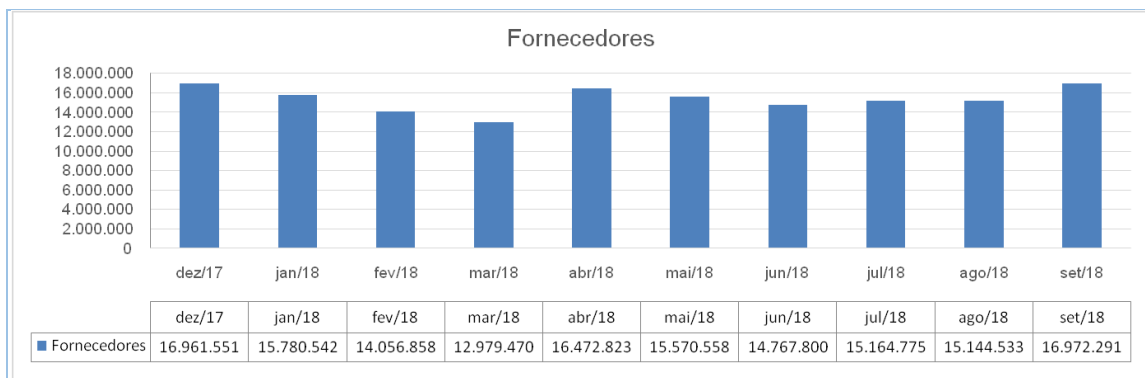
Pode-se verificar que o período analisado ocorreu um aumento significativo do Passivo Circulante da empresa. Em dezembro de 2017, o total do Passivo Circulante correspondia a R\$ 195.221.168,00, passando a ser de R\$ 218.043.362 em setembro de 2018. Essa conta representa 58,57 % do Total do Passivo e as principais obrigações contraídas que elevaram esse saldo foram: **obrigações trabalhistas, empréstimos bancários e obrigações tributárias.**

Salienta-se que as Obrigações Trabalhistas e Tributárias encontram-se registradas pelos seus **valores históricos**, não contemplando juros e atualizações monetárias cobrados pelo ente federal, estadual ou municipal.



◇ Fornecedores

A conta Fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal de seus negócios, com vencimento no período de até um ano. Verifica-se que no período analisado não ocorreu modificações significativas, em função do Plano de Recuperação Judicial.

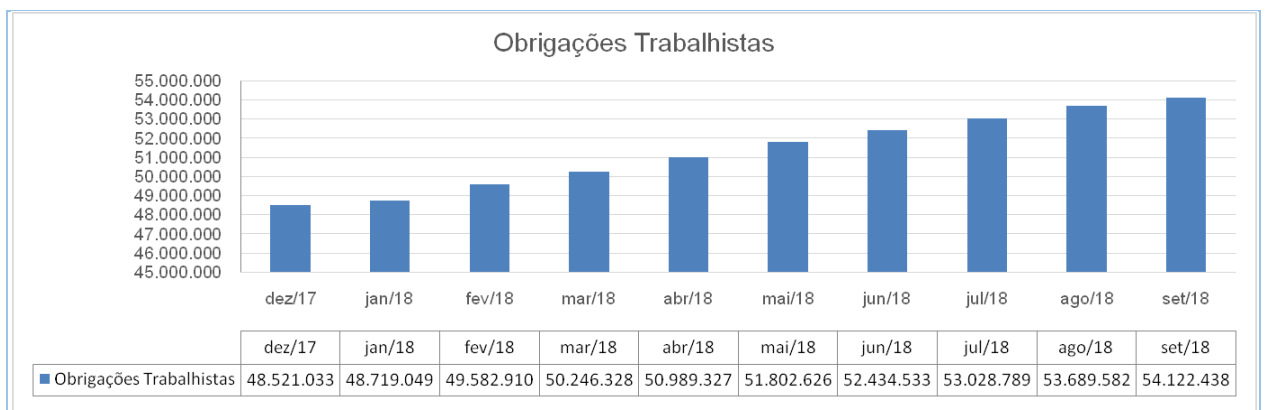


Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Obrigações Trabalhistas

São registradas nessa rubrica todas as obrigações decorrentes da relação empregado e empregador, sendo elas: os tributos (INSS a Recolher e FGTS a Recolher); Salários a pagar, Rescisão de Contrato de trabalho e Outras obrigações.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

Pode-se verificar a elevação significativa nessa rubrica, verificou-se que a principal conta representativa das Obrigações Trabalhistas refere-se ao tributo INSS a Recolher. Conforme Livro Razão da conta INSS a Recolher BH e ES, pode-se aferir que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas previdenciárias no valor de R\$ 29.286.948,84 (BH) e R\$ 8.547.085,84 (ES).

Em 2017 e 2018, o valor de sua dívida previdenciária sofreu aumento significativo, devido ao não pagamento das contribuições previdenciárias correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 39.026.292,79 (BH) e R\$ 11.401.318,78 (ES).

INSS A RECOLHER - BH			
INSS A RECOLHER - BH	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 29.286.948,84
2017	R\$ 6.561.708,96	R\$ 310.500,18	R\$ 35.538.157,62
2018	R\$ 3.601.738,28	R\$ 113.603,11	R\$ 39.026.292,79

INSS A RECOLHER - Vitória			
INSS A RECOLHER - Vitória	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 8.547.085,84
2017	R\$ 1.976.909,66	R\$ 65.379,78	R\$ 10.458.615,72
2018	R\$ 1.002.914,74	R\$ 60.211,68	R\$ 11.401.318,78

Salienta-se que também se encontra registrado em Obrigações Trabalhistas as obrigações referente ao recolhimento de FGTS. Pode-se verificar que a Recuperanda há um saldo total a pagar de R\$ 876.088,74 de FGTS (BH) e R\$ 372.749,16 de FGTS (ES).

FGTS - BH			
FGTS - BH	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 602.777,70
2017	R\$ 1.477.494,85	R\$ 1.071.357,51	R\$ 1.008.915,04
2018	R\$ 793.567,27	R\$ 926.393,57	R\$ 876.088,74

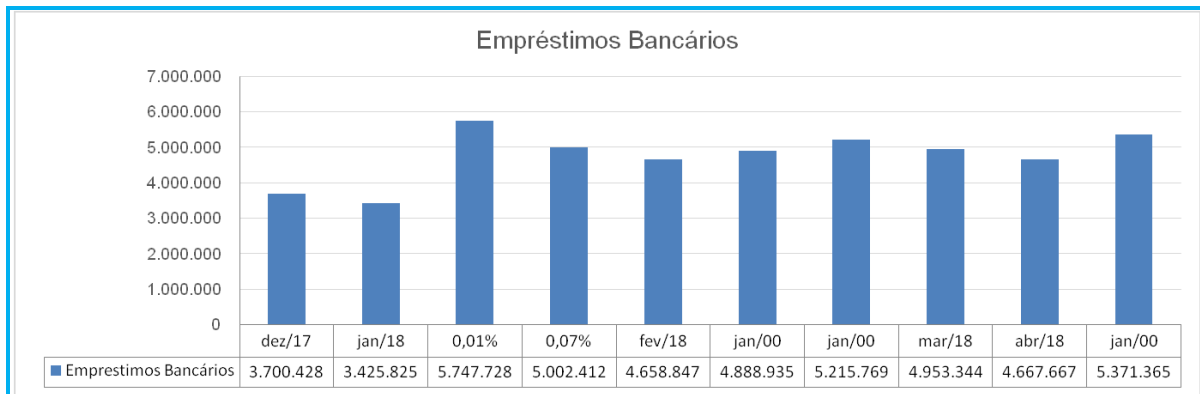
FGTS - Vitória			
FGTS - Vitória	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 190.161,60
2017	R\$ 408.686,31	R\$ 346.246,85	R\$ 252.601,06
2018	R\$ 274.825,79	R\$ 154.677,69	R\$ 372.749,16

Relativamente aos débitos federais, sendo eles: INSS, PIS/Cofins; IR e Contribuição, a Administração esclareceu *“que estes em razão de suas montas, ou serão incluídos em futuro Refis, previamente sinalizado para breve ser instituído, ou serão objeto de desenvolvimento de acordo como foram os débitos estaduais. Refis em âmbito federal envolve aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para amortização da dívida e, devido ao volume de adesão e exclusão à programas, foi adotado pela Recuperanda a contratação de serviço de auditoria específico para apuração deste prejuízo e, este trabalho servirá de base para enquadramento à futuro programa.”*

Esclarece-se ainda que se encontra no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais o **Inquérito Policial n. 1822/17-4** para apuração de débitos previdenciários referentes à contribuição previdenciária.

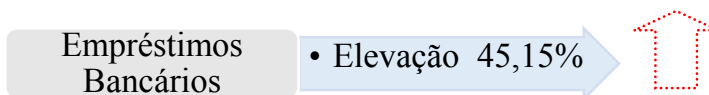
◇ Empréstimos Bancários

As obrigações com instituições financeiras também sofreram aumento, conforme se verifica pela conta Empréstimos Bancários.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)



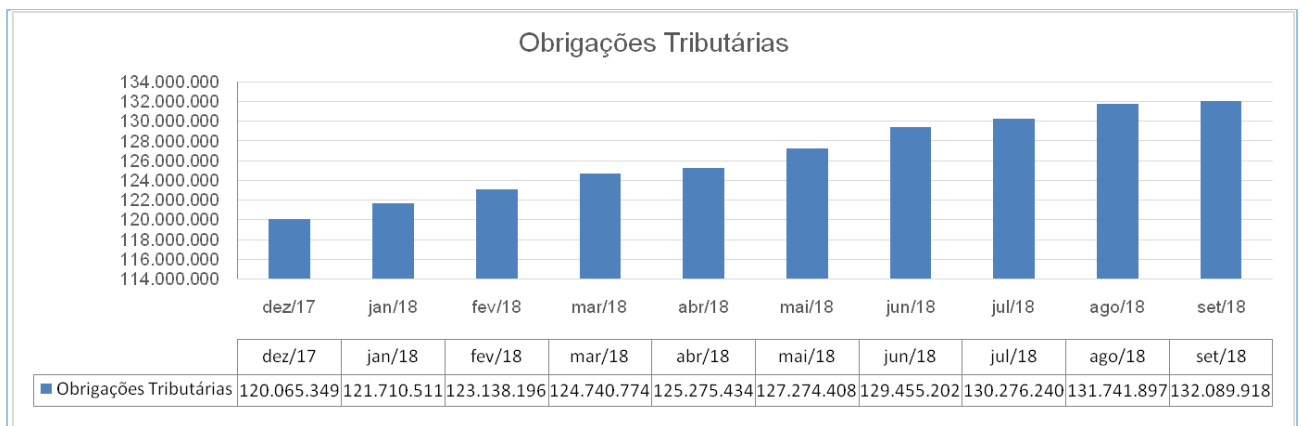
A Recuperanda celebrou um contrato de empréstimo na modalidade Capital de Giro no valor de R\$ 2.500.000,00 aumentando seus recursos decorrentes de capital de terceiros. Vejamos detalhamento do contrato celebrado:

QUADRO III – ESPECIFICAÇÕES DO CRÉDITO	
a) Valor do Crédito: R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).	
b) Prazo: 454 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO) dias corridos.	c) Vencimento: 01/05/2019.
d) Encargos:	
<input checked="" type="checkbox"/> Encargos Pré-fixados: Taxa Mensal: 2,500000%. Taxa Anual: 34,488882%.	<input type="checkbox"/> Encargos Pós-fixados: Taxa Mensal: % + Variação do CDI apurado no período. Taxa Anual: % + Variação do CDI apurado no período.
e) IOF (Alíquota): 1,50 a.a. + 0,38 % Alíquota Adicional.	f) IOF (Valor): R\$ 34.324,69 (que corresponde a 1,37% do Valor de Crédito). <input checked="" type="checkbox"/> Pago no Ato. <input type="checkbox"/> Financiado.
g) Tarifa de Cadastro (TC): R\$ 1.000,00 (que corresponde a 0,04% do Valor do Crédito).	h) Tarifas de Registro: R\$ 00,00 (00% do Valor do Crédito). <input type="checkbox"/> Registro de Contrato. <input type="checkbox"/> Registro de Garantia.

◇ Obrigações Tributárias

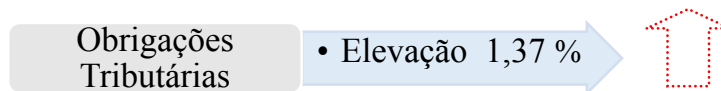
São registradas nessa conta todas as obrigações decorrentes dos tributos PIS, COFINS, ICMS, IRRF, ISSQN.

Pode-se verificar um crescimento de 1,37 % das obrigações tributárias de curto prazo.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)



Salienta-se que as Obrigações Tributárias encontram-se registradas pelos seus **valores históricos**, não contemplando juros e atualizações monetárias cobrados pelo ente fisco federal, estadual ou municipal.

COFINS

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresentava antes de 2017, o valor de dívidas com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -COFINS no valor de R\$ 45.056.227,78.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes a COFINS aumentou devido ao pagamento parcial das contribuições correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 52.816.888,39.

COFINS A RECOLHER			
COFINS A RECOLHER	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 45.056.227,78
2017	R\$ 11.808.533,77	R\$ 6.648.466,05	R\$ 50.216.295,50
2018	R\$ 6.338.019,76	R\$ 3.733.166,73	R\$ 52.816.888,39

ICMS -MG

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas com a ICMS – MG no valor de R\$ 25.019.815,82.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes ao ICMS - MG aumentou devido ao pagamento parcial das contribuições correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 41.056.227,78.

ICMS - MG			
ICMS - MG	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 25.019.815,82
2017	R\$ 39.737.283,19	R\$ 28.665.491,28	R\$ 36.091.607,73
2018	R\$ 18.088.840,98	R\$ 12.788.408,96	R\$ 41.392.039,75

Em decorrência da inadimplência fiscal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pela Procuradoria Geral de Justiça, requereu a medida cautelar para nomeação de interventor, decretando intervenção judicial parcial, sobre as gestões da Elmo Calçados S/A e as empresas que fazem parte de seu grupo econômico pelo prazo de 60 (sessenta dias), podendo ser prorrogado, a partir de 20 de setembro de 2018.

A Intervenção Judicial é decorrente do procedimento investigativo criminal instaurado em 2018 para investigar a situação da inadimplência fiscal. Conforme apuração pelo fisco estadual, o débito em outubro de 2017, consolidava-se em R\$ 189.269.668,94.

O contribuinte obteve o parcelamento escalonado de seus débitos, comprometendo-se a manter em dia o recolhimento do ICMS corrente. Entretanto, os parcelamentos dos débitos se encontram em atraso, bem como o recolhimento do imposto corrente.

Em 20 de setembro de 2018, a Recuperanda apresentou pedido de habilitação no Plano de Regularização de Créditos Tributários instituído pela Lei n. 22.549/17 para pagamento dos seus débitos tributários vencidos até 31/12/2017, ofertando bens para pagamento. Os valores atribuídos aos imóveis têm fundamentos em Laudo de Avaliação que serviram de base para o Plano de Recuperação Judicial, em 2016, atualizados pelo IGPM até julho de 2018.

Relação de Bens

Imóvel	Endereço	Matrícula	Cartório	Valor de Avaliação (Julho/16)	Registro e/ou Averbação de Penhora e/ou Hipoteca
Filial 14	Rua Carijós, nº 551 a 561, Belo Horizonte - MG	12.324-A	3º Ofício	73.739.117,75	R. 11 - Penhora - Estado MG R. 14 - Penhora - Estado MG R. 18 - Penhora Estado MG R. 20 - Penhora Estado MG AV. 23 - Indisponibilidade Cautelar R. 25 - Hipoteca - Estado MG AV. 16 - Indisponibilidade Cautelar R. 17 - Hipoteca - Estado MG
Filial 14	Loja CT - 42 - Galeria Ouidor	59.888	3º Ofício		
Filial 18	Av. Cristóvão Colombo nº 187 Loja 10, Belo Horizonte - MG	29.308	6º Ofício	5.750.590,19	R. 5 - Hipoteca Estado MG R. 7 - Penhora Estado MG AV. 8 - Indisponibilidade Cautelar R. 9 (penhora por exigência) - Hipoteca - Estado MG
Filial 18	Rua Pernambuco nº 1.291 Loja 11, Belo Horizonte - MG	29.309	6º Ofício		
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES	23.769	1º Of. 1ª ZN Vila Velha	4.350.077,45	AV. 9 - Indisponibilidade Cautelar R. 10 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG AV. 6 - Indisponibilidade Cautelar R. 7 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG AV. 9 - Indisponibilidade Cautelar R. 10 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES - Apto 101	30.990	1º Of. 1ª ZN Vila Velha		
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES - Apto 102	21.401	1º Of. 1ª ZN Vila Velha		
Fazenda	Fazenda Campo Alegre	701	Cartório Reg. de imóveis de Jaboticatubas - MG	26.153.514,43	R. 2 - Penhora Estado MG R. 5 - Penhora Estado MG
TOTAL				109.993.299,82	

Quanto aos débitos de tributos estaduais, a Administração esclarece que *“os débitos eram prática recorrentes de não pagamento pelo ex gestor e que após o seu desligamento, a verdadeira gestão familiar propôs ao Estado de Minas Gerais alternativas de acerto em definitivo dos débitos. O Estado reconheceu a atitude da empresa e contrapôs sanear os débitos com a dação em pagamento de alguns imóveis, sendo aqueles disponíveis e/ou oferecidos em garantia para o Estado no passado. A proposta resultou em uma redução em torno de 90% dos juros e multas, com base nos preâmbulos do Programa Regularize, porém a redução aplicar-se-á apenas aos débitos inscritos em dívida ativa até 2016. Os débitos inscritos em 2017 serão incluídos no processo de Dação em Pagamento, mas não sofrerão reduções. Quanto aos débitos de 2018, inscritos em dívida ativa ou não, foram objeto de parcelamento excepcional e serão liquidados em 120 (cento e vinte) meses a partir de sua implantação, qual seja, novembro de 2018.*

Salienta-se que o referido pedido de habilitação para regularização de créditos tributários aguarda homologação pelo fisco estadual.

ICMS -ES

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas com a ICMS – ES no valor de R\$ 2.210.347,80.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes ao ICMS - MG aumentou devido ao pagamento parcial das contribuições correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 8.287.824,57.

ICMS - ES			
ICMS - ES	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 2.210.347,80
2017	R\$ 7.597.847,04	R\$ 3.346.997,70	R\$ 6.461.197,14
2018	R\$ 4.067.625,06	R\$ 2.240.997,63	R\$ 8.287.824,57

A Administração esclareceu que os débitos correspondentes aos tributos de competência do ente federativo Estado do Espírito Santo foram consolidados no Refis (Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais) em março de 2018.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
REFIS 2017 (Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais)
 Lei Estadual 10.628/2017

CÓPIA

REQUERIMENTO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

Nome ou Razão Social: ELMO CALÇADOS S/A		CNPJ/CPF: 17.170.416/0050-39	
Logradouro* (Rua / Praça / Avenida): AVENIDA AMÉRICO BUAIZ		Número: 200 LJ 142	
Bairro: ENSEADA DO SUÁ	Município: VITÓRIA/ES	CEP: 29.050-420	
DDD: 31	Telefone fixo: 2105-2130	DDD:	Celular:
E-mail de contato: contabilidade@elmo.com.br			

* nos casos de empresas inativas, informar o endereço do responsável legal pela empresa.

2 – DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO A SER PARCELADO:

Tipo de Débito: CDA
Número do Documento de Débito: 26692017
Quantidade de Parcelas: 102

* tipo de débito (CDA)

IRRF

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no valor de R\$ 682.882, 50.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes a IRRF aumentou devido ao não pagamento do IRRF correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 2.943.377,41.

IRRF			
IRRF	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 682.882,50
2017	R\$ 1.665.147,12	R\$ 55.125,38	R\$ 2.292.904,24
2018	R\$ 650.489,00	R\$ 15,83	R\$ 2.943.377,41

PIS

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas com o PIS no valor de R\$ 9.718.916,03.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes ao PIS aumentou devido ao pagamento parcial do tributo correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 11.403.796,39.

PIS			
PIS	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 9.718.916,03
2017	R\$ 2.563.694,89	R\$ 1.443.417,01	R\$ 10.839.193,91
2018	R\$ 1.376.017,52	R\$ 810.490,14	R\$ 11.403.796,39

ISSQN

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas com o imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN no valor de R\$ 108.756,07.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes ao ISSQN aumentou devido ao pagamento parcial dos ISSQN corrente nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 222.707,62.

ISSQN			
ISSQN	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 108.756,67
2017	R\$ 182.456,20	R\$ 140.800,27	R\$ 150.412,60
2018	R\$ 106.248,70	R\$ 33.953,68	R\$ 222.707,62

IRRF S/ ALUGUEIS – PF

Conforme Livro Razão da conta Obrigações Tributárias, pode-se constatar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas com o imposto IRRF S/ ALUGUÉIS – PF no valor de R\$ 290.727,00.

Em 2017 e 2018, o valor das obrigações tributárias referentes ao IRRF S ALUGUÉIS – PF aumentou devido ao não pagamento do imposto retido na fonte corrente nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 1.320.795,53.

IRRF S ALUGUEIS PF			
IRRF S ALUGUEIS PF	CRÉDITOS	DÉBITOS	SALDO TOTAL
SALDO ANTERIOR			R\$ 290.727,00
2017	R\$ 704.128,56	R\$ 13.191,39	R\$ 981.664,17
2018	R\$ 340.786,94	R\$ 1.655,58	R\$ 1.320.795,53

Passivo Não Circulante

Passivo Exigível à Longo Prazo

Houve uma elevação de 1,89% no Passivo Não Circulante – Exigível à Longo Prazo composto pelas contas : Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Tributárias e Fornecedores de Longo Prazo.

	2017	3 ° Trim 2018
PASSIVO	dez/17	set/18
EXIGÍVEL À LONGO PRAZO	203.029.051	205.002.418
Emprestimo e Financiamentos	0	1.875.000
Obrigações Tributárias	171.999.864	172.212.205
Fornecedores longo Prazo	31.029.187	30.915.213

Passivo Não Circulante

Elevação 1,89 %



O aumento dos Empréstimos e Financiamentos refere-se ao contrato celebrado referente à captação de empréstimo de capital de giro.

As obrigações tributárias são pertinentes aos saldos de débitos tributários não pagos e convertidos em ações judiciais e administrativas.

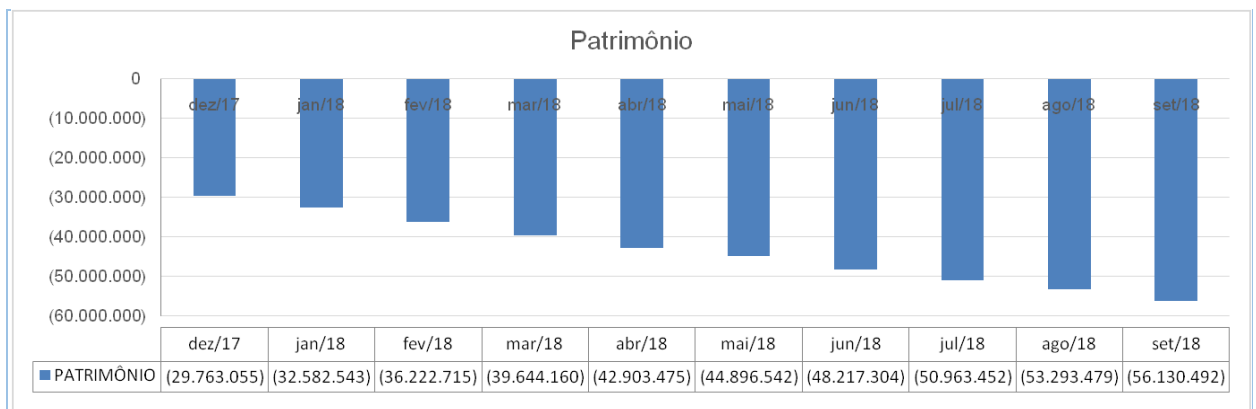
Os Fornecedores à Longo Prazo registram os débitos com os fornecedores habilitados no Plano de Recuperação Judicial.

◇ Patrimônio Líquido

A seguir a figura evidencia a equação patrimonial:



Pode-se perceber uma redução significativa do Patrimônio Líquido da Recuperada em função dos prejuízos alcançados em 2017 e 2018.



Fonte: Balanço Patrimonial

(em R\$)

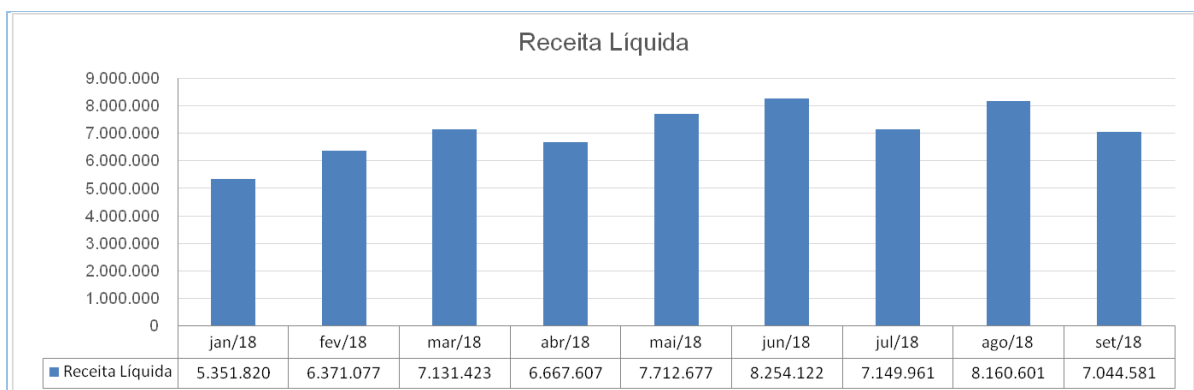


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – EXERCÍCIOS 2017 – JANEIRO A SETEMBRO - 2018

A Demonstração de Resultado evidencia a receita auferida confrontando com os custos e as despesas incorridas no período para verificação do resultado contábil do exercício.

Demonstração de Resultado do Exercício	
RECEITA BRUTA DE VENDAS	
(-) Devoluções, Descontos	
(-) Impostos sobre Vendas	
RECEITA LÍQUIDA	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	
LUCRO BRUTO	
(-) Despesas Operacionais(Vendas,Admin.,Financeiras)	
Resultado de Equivalência Patrimonial	
LUCRO OPERACIONAL	
Receitas/Despesas Não Operacionais	
LUCRO ANTES DO I. RENDA (LAIR)	
(-) Provisão Para I. Renda e CS	
LUCRO LÍQUIDO	

A Receita Líquida de Vendas decorrente da comercialização de seus produtos obteve um comportamento crescente de janeiro a setembro de 2018.



Fonte: Demonstração de Resultado do Exercício

(em R\$)

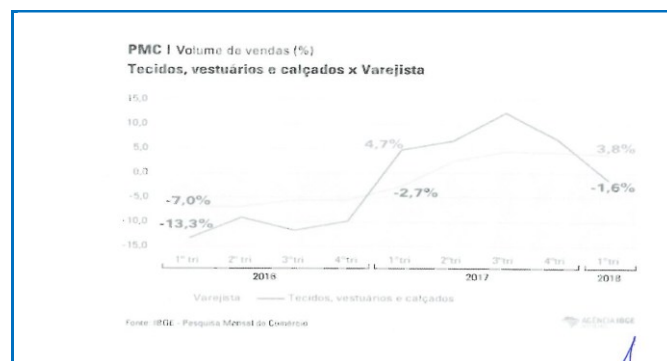
Entretanto, ao comparar o comportamento da receita auferida no exercício anterior, observa-se que houve uma retração de 15,37% da Receita Líquida de Vendas, acumulada até setembro de 2018, comparativamente a Receita Líquida auferida acumulada no mesmo período do exercício anterior (janeiro a setembro de 2017). Vejamos.

	set/17	AV	set/18	AV	AH
Receita Líquida	75.442.519	100,00%	63.843.871	100,00%	-15,37%
Custo dos Serviços	(32.097.434)	-42,55%	(32.170.663)	-50,39%	0,23%
Lucro Bruto	43.345.085	57,45%	31.673.208	49,61%	-27%

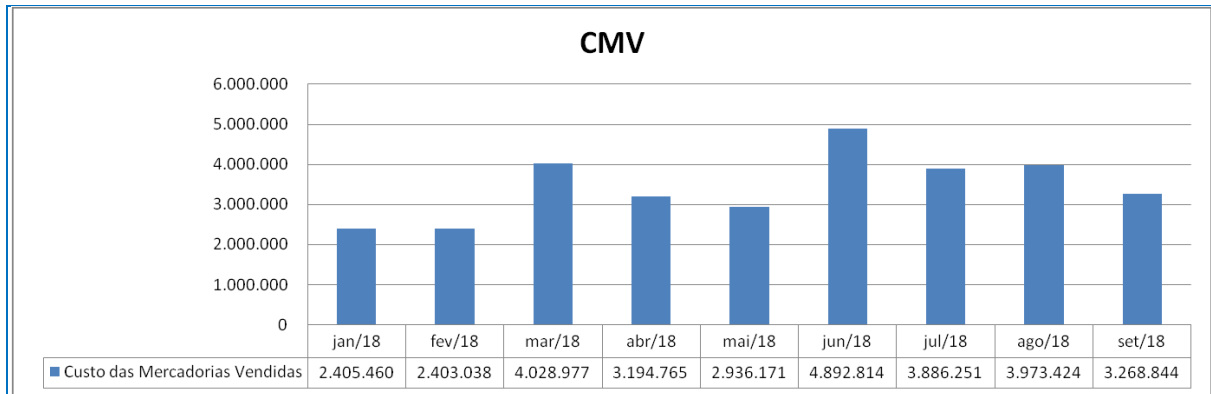
Fonte: Demonstração de Resultado do Exercício (em R\$)

A Administração esclareceu que “diante à crise instalada no país desde 2015, com impacto forte em 2018, iniciada pela greve dos caminhoneiros em maio, influenciando em todos os setores mercadológicos do país. O elevado índice de desemprego e o endividamento da população principalmente das classes “B” e “C”, desacelerou o poder de consumo da família brasileira, fortalecida pela incerteza política. A copa do mundo foi um fator de forte contribuição para retração das vendas, comprometendo o “Dia dos namorados” considerada a 3ª campanha mais expressiva do comércio varejista.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, a queda das vendas do varejo calçadista, reflexo da crise, foi potencializada no 2º trimestre e com a retomada de desempenho no 4º trimestre após o encerramento das campanhas políticas, como se demonstra no gráfico a seguir:

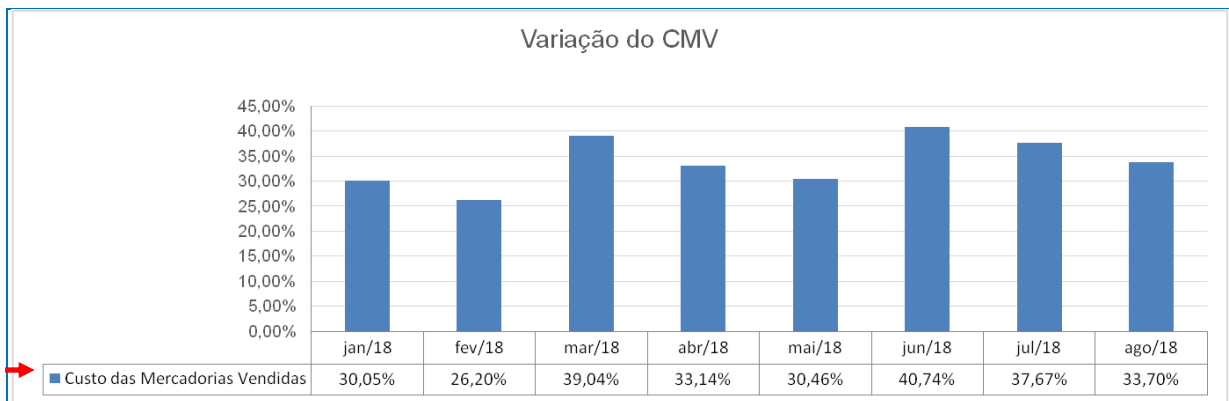


Os Custos das Mercadorias Vendidas (CMV) incorridos no período corresponderam, em média, a 26,20 a 39% da Receita Bruta de Vendas.



Fonte: Demonstração de Resultado de Exercício

(em R\$)

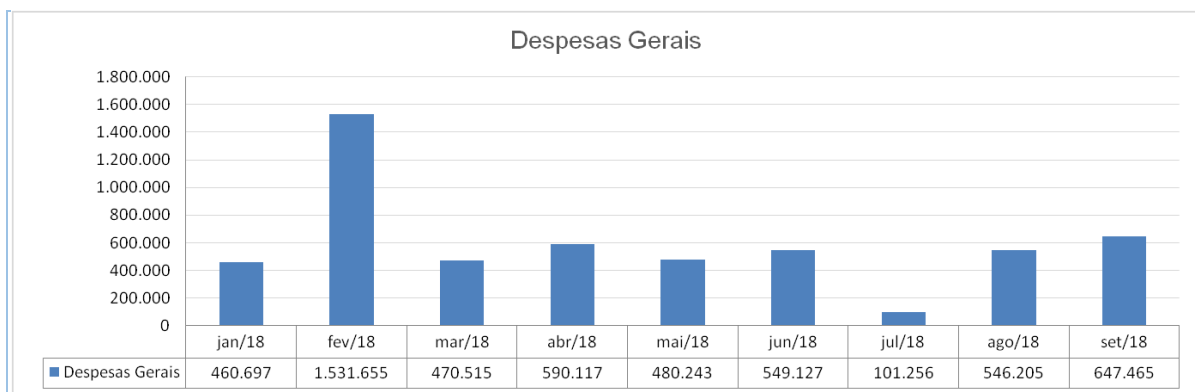


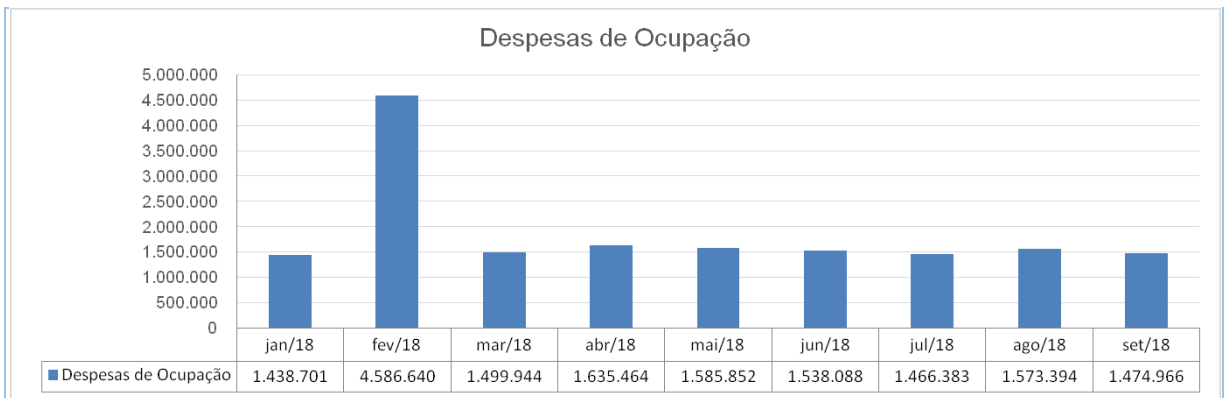
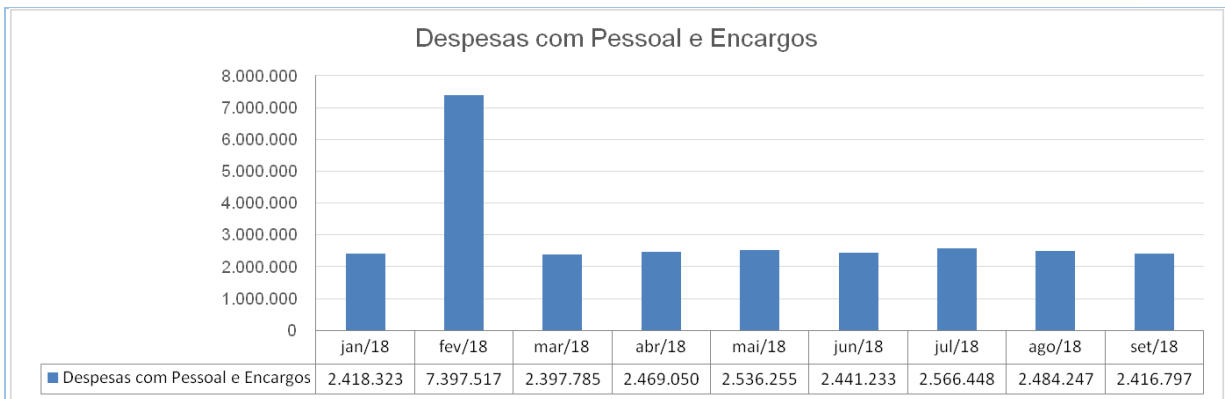
Observa-se ainda uma redução de 3% nos Custos das Mercadorias Vendidas, ao comparar a apuração dos custos com o mesmo período do exercício anterior.

	set/17	set/18	AH
Receita Líquida	75.442.519	63.843.868	-15%
Custo das Mercadorias Vendidas	(32.097.434)	(30.989.742)	-3%
Lucro Bruto	43.345.085	32.854.126	-24%

Destaca-se as principais despesas que obtiveram redução no período analisado, sendo elas: Despesas Gerais (-11%), Despesas com Pessoal e Encargos (-16%), Despesas de Ocupação (-7%).

	set/17	set/18	AH
Lucro Bruto	43.345.085	32.854.126	-24%
Despesas Gerais	(5.014.234)	(4.453.222)	-11%
Despesas com Pessoal e Encargos	(26.611.022)	(22.291.008)	-16%
Despesas Serviços e Manutenções	(9.163.601)	(8.420.283)	-8%
Depreciação e Amortizações	(1.726.425)	(1.448.141)	-16%
Despesas Tributárias	(363.641)	(303.339)	-17%
Outras (Receitas) Operacionais	1.204.253	1.103.962	-8%
Outras (Despesas) Operacionais	(267.274)	(595.513)	123%
Despesas de Ocupação	(14.926.628)	(13.885.794)	-7%
Mão de Obra Temporária	(1.874)	(133.356)	7016%
Resultado Operacional	(13.525.361)	(17.572.569)	30%
Receitas Financeiras	364.548	529.697	45%
Despesas Financeiras	(5.851.038)	(7.442.858)	27%
Resultado Financeiro	(5.486.489)	(6.913.161)	26%

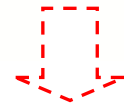




Pôde-se verificar que a Elmo S.A promoveu a redução das suas Despesas Operacionais evidenciado os esforços realizados pela empresa na adequação das suas despesas à retração das receitas.

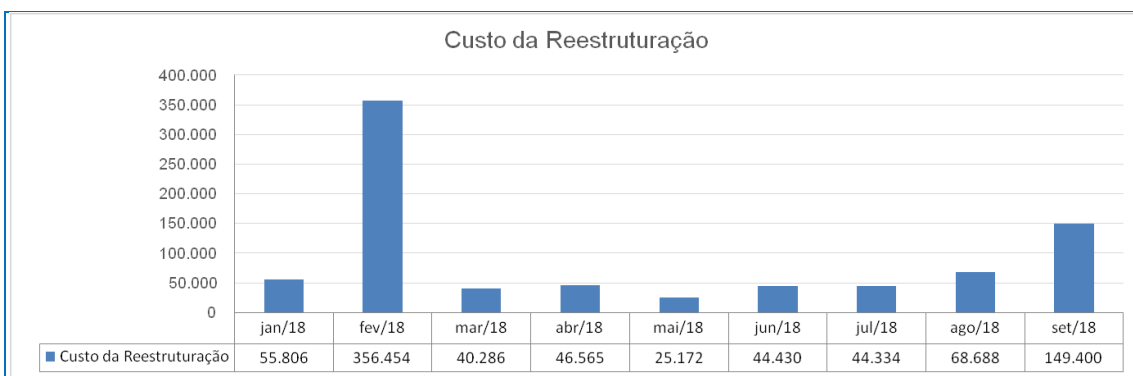
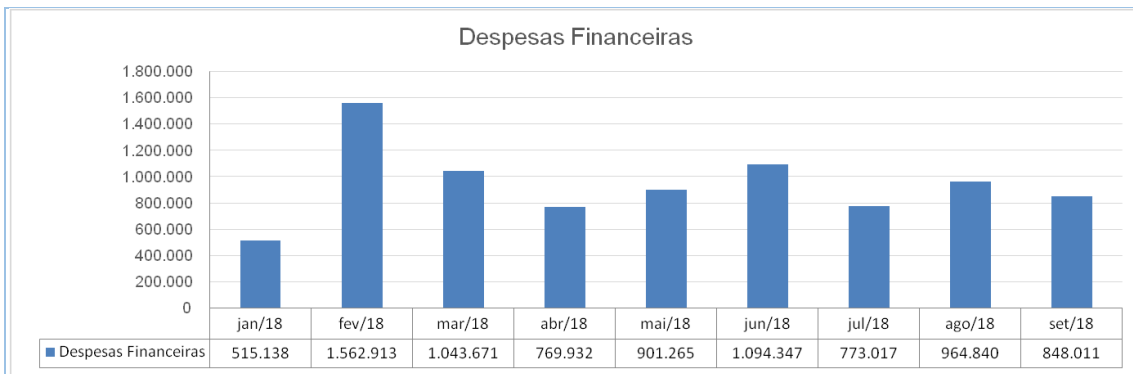
A redução relativa às Despesas de Ocupação foram decorrentes das revisões de alguns contratos de locações em valores fixos, para implantação de CTO (Custo de Ocupação Total), correspondente ao um percentual de participação nas vendas. Outras ações básicas foram a não aplicação do reajuste dos contratos e/ou ações renovatórias com revisões de valores, bem como aquelas lojas encerradas por baixo desempenho operacional.

Em que pese essa redução de despesas operacionais, o Resultado Operacional manteve-se deficitário no período analisado, sofrendo um aumento de 30%.



Resultado Operacional	(13.525.361)	(17.572.569)	30%
------------------------------	---------------------	---------------------	------------

Destaca-se ainda o crescimento das despesas financeiras (+27%) em decorrência do contrato de Empréstimo e Financiamentos celebrado com instituição financeira e redução dos Custos de Reestruturação (-26%).



A Administração esclareceu que as “Despesas de Reestruturação, deriva-se de rescisão e contrato de trabalho face aos encerramentos de filiais economicamente não viáveis. O custo desta movimentação foi subsidiado por parte do contrato de Capital de Giro.



Apesar dos esforços envidados na redução de despesas e equacionamento de suas receitas e despesas, a empresa apresentou um crescimento de 26% no prejuízo apurado até setembro/2018, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior.

Resultado Operacional	(13.525.361)	(17.572.569)	30%
Receitas Financeiras	364.548	529.697	45%
Despesas Financeiras	(5.851.038)	(7.442.858)	27%
Resultado Financeiro	(5.486.489)	(6.913.161)	26%
Resultado da Equivalência Patrimonial	(83.919)	(35.959)	-57%
Custo da Reestruturação	(968.754)	(719.524)	-26%
Resultado antes do Imposto de Renda	(20.064.522,21)	(25.241.212,13)	26%
Provisão para Contribuição Social	0	0	
Provisão para Imposto de Renda	0	0	
Lucro Líquido/ Prejuízo	(20.064.522,21)	(25.241.212,13)	26%

A Administração informou que o “aumento do “Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício”, (considerando os valores acumulados até setembro/2018) deu-se principalmente em função da retração da Receita Bruta de Vendas. A previsão era de resultado igual a setembro/2017 e no pior cenário e/ou redução de 6% sob o ponto de vista otimista.

Este desempenho, qual seja, crescimento do prejuízo foi promovida pela gestão do ex-gestor, diante à reiteradas inadimplências com fornecedores, convergindo em produtos com custos elevados e de baixa qualidade, tornando a empresa improdutiva e desguarnekida frente á concorrente e a forte crise.

Trata-se de cenário passado e com a retomada da família à frente da gestão, a Recuperanda prevê cenário otimista para o futuro, bem como a reestruturação de fato diante ao plano de recuperação apresentado em 2016 e aprovado em setembro de 2017.”

8 CONCLUSÃO TÉCNICA

Este Parecer Técnico tem objetivo trazer atualizações de informações primordialmente econômico-financeiras da Recuperanda, bem como os resultados da análise da situação econômico-financeira da Elmo Calçados S/A – Em Recuperação Judicial (**período: janeiro a setembro de 2018**).

A análise pericial também inclui a análise técnica sobre os pontos fundamentais do Plano de Recuperação e suas principais características e projeções. Esclarece-se que em 20 de setembro de 2017 foi realizada a Assembléia dos Credores para a aprovação do Plano de Recuperação Judicial o qual foi aprovado pelos convocados presentes e em 24 de novembro de 2017, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial da empresa.

O Plano de Recuperação apresentado pela requerente estabeleceu para a projeção da receita uma taxa de crescimento médio de 5,47% ao ano e uma taxa média de crescimento das despesas de 3,83% ao ano. As premissas adotadas no permitiriam que as receitas auferidas, após deduzidas dos custos e despesas comerciais e administrativas, propiciaram a geração de saldos financeiros positivos a partir do exercício de 2018. Vejamos a reprodução do Fluxo de Caixa Projetado:



CONTAS	2016	2016	2017	2018	2019
1. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Realizado	Projetado			
SALDO FINANCEIRO	R\$ (20.705.935,36)	R\$ (7.187.106,00)	R\$ (1.512.231,00)	R\$ 3.912.719,00	R\$ 5.235.060,00

[...] continua

Com o objetivo de alcançar os resultados projetados no Plano de Recuperação Judicial, a Recuperanda promoveu as seguintes ações para o seu equacionamento financeiro:

i) retomada da família à gestão direta dos negócios e desligamento do gestor anterior;

ii) fechamento de 04 (quatro) filiais que apresentaram trajetórias de resultados financeiros insatisfatórios recorrentes,

iii) implementação de medidas contingenciais para a redução de despesas administrativas: despesas gerais (-11%); despesa com pessoal e encargos (-16%); despesas de serviços e manutenções (-8%); despesas tributárias (-17%); despesas de ocupação (-7%) promovendo a readequação de sua estrutura de custos fixos.

Entretanto, observou-se uma retração da receita líquida de vendas de 15,37% comparada ao mesmo período do exercício anterior, não alcançando a projeção fixada no Plano de Recuperação Judicial de crescimento médio de 5,47% ao ano. A Administração esclareceu que essa retração é devida pela crise financeira *instalada no país desde 2015, o elevado índice de desemprego e o endividamento da população principalmente das classes “B” e “C”, desacelerou o poder de consumo da família brasileira, fortalecida pela incerteza política. A copa do mundo foi um fator de forte contribuição para retração das vendas, comprometendo o “Dia dos namorados” considerada a 3ª campanha mais expressiva do comércio varejista. Esclareceu ainda que, segundo dados pelo IBGE, a queda das vendas do varejo calçadista, reflexo da crise, foi potencializada no 2º trimestre e com a retomada de desempenho no 4º trimestre após o encerramento das campanhas políticas.”*

Apesar dos esforços envidados na redução de despesas e equacionamento de suas receitas e despesas, a empresa apresentou um crescimento de 26% no prejuízo apurado até setembro/2018, comparativamente ao mesmo período do exercício anterior.

A Administração informou que o “*aumento do “Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício”*”, (considerando os valores acumulados até setembro/2018) *deu-se principalmente em função da retração da Receita Bruta de Vendas. Este desempenho, qual seja, crescimento do prejuízo foi promovida pela gestão do ex-gestor, diante à reiteradas inadimplências com fornecedores, convergindo em produtos com custos elevados e de baixa qualidade, tornando a empresa improdutiva e desguarnecida frente à concorrente e a forte crise. Trata-se de cenário passado e com a retomada da família à frente da gestão, a Recuperanda prevê cenário otimista para o futuro, bem como a reestruturação de fato diante ao plano de recuperação apresentado em 2016 e aprovado em setembro de 2017.”*

A análise do comportamento dos Ativos e Passivos de curto prazo evidencia que o *Passivo Circulante* é superior *Ativo Circulante* evidenciando que as dívidas a serem pagas no curto prazo (fornecedores, obrigações trabalhistas, empréstimos bancários, obrigações tributárias e outras obrigações), superam os seus ativos (caixa e equivalente a caixa, aplicações financeiras, direitos realizáveis a curto prazo).

Pode-se constatar que o período analisado ocorreu um aumento significativo do Passivo Circulante da empresa. Em dezembro de 2017, o total do



Passivo Circulante correspondia a R\$ 195.221.168,00, passando a ser de R\$ 218.043.362 em setembro de 2018.

Essa conta representa 58,57 % do Total do Passivo e as principais obrigações contraídas que elevaram esse saldo foram: obrigações trabalhistas, empréstimos bancários e obrigações tributárias.

A principal conta representativa das Obrigações Trabalhistas refere-se ao tributo *INSS a Recolher*. Conforme Livro Razão da conta INSS a Recolher BH e ES, pode-se verificar que a Recuperanda apresenta antes de 2017, o valor de dívidas previdenciárias no valor de R\$ 29.286.948,84 (BH) e R\$ 8.547.085,84 (ES).

Em 2017 e 2018, o valor de sua dívida previdenciária sofreu aumento significativo, devido ao não pagamento das contribuições previdenciárias correntes nesse período, elevando o seu saldo de dívidas para R\$ 39.026.292,79 (BH) e R\$ 11.401.318,78 (ES).

Salienta-se que também se encontra registrado em Obrigações Trabalhistas as obrigações referente ao recolhimento de FGTS. Pode-se verificar que a Recuperanda há um saldo total a pagar de R\$ 876.088,74 de FGTS (BH) e R\$ 372.749,16 de FGTS (ES).

Relativamente aos débitos federais, sendo eles: INSS, PIS/Cofins; IR e Contribuição, a Administração esclareceu “*que estes em razão de suas montas, ou serão incluídos em futuro Refis, previamente sinalizado para breve ser instituído, ou*

serão objeto de desenvolvimento de acordo como foram os débitos estaduais. Refis em âmbito federal envolve aproveitamento de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para amortização da dívida.

Devido ao volume de adesão e exclusão à programas, foi adotado pela Recuperanda a contratação de serviço de auditoria específico para apuração deste prejuízo e, este trabalho servirá de base para enquadramento à futuro programa.”

Esclarece-se ainda que se encontra no âmbito da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais o **Inquérito Policial n. 1822/17-4** para apuração de débitos previdenciários referentes à contribuição previdenciária.

As obrigações com instituições financeiras também sofreram aumento, conforme se verifica pela conta Empréstimos Bancários. A Recuperanda celebrou um contrato de empréstimo na modalidade Capital de Giro no valor de R\$ 2.500.000,00 umentando seus recursos decorrentes de capital de terceiros.

As obrigações tributárias também sofreram crescimento no período. São registradas nessa conta todas as obrigações decorrentes dos tributos PIS, COFINS, ICMS, IRRF, ISSQN. Pode-se verificar um crescimento de 1,37 % das obrigações tributárias de curto prazo.

A empresa antes do Pedido de Recuperação Judicial já apresentava em seu Balanço Patrimonial uma composição de dívidas previdenciárias e dívidas tributárias elevada. No período analisado, setembro de

2017 a setembro de 2018, verifica-se um aumento significativo dessas dívidas previdenciárias e dívidas tributárias em função de não haver o pagamento dos impostos e contribuições apurado no período corrente (ausência de pagamento e/ou pagamento parcial), elevando o saldo de dívidas anteriormente constituído.

Em decorrência da inadimplência fiscal relativa ao **ICMS devido ao Estado de Minas Gerais**, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pela Procuradoria Geral de Justiça, requereu a medida cautelar para nomeação de interventor, **decretando intervenção judicial parcial**, sobre as gestões da Elmo Calçados S/A e as empresas que fazem parte de seu grupo econômico pelo prazo de 60 (sessenta dias), podendo ser prorrogado, a partir de 20 de setembro de 2018.

A Intervenção Judicial é decorrente do procedimento investigativo criminal instaurado em 2018 para investigar a situação da inadimplência fiscal. **Conforme apuração pelo fisco estadual, o débito em outubro de 2017, consolidava-se em R\$ 189.269.668,94.**

O contribuinte obteve o parcelamento escalonado de seus débitos, comprometendo-se a manter em dia o recolhimento do ICMS corrente. Entretanto, os parcelamentos dos débitos se encontram em atraso, bem como o recolhimento do imposto corrente.

Em 20 de setembro de 2018, a Recuperanda apresentou pedido de habilitação no **Plano de Regularização de Créditos Tributários** instituído pela Lei n. 22.549/17 para pagamento dos seus débitos tributários vencidos até 31/12/2017, ofertando bens para pagamento. Os valores atribuídos aos imóveis têm fundamentos em Laudo de Avaliação que serviram de base para o Plano de

Recuperação Judicial, em 2016, atualizados pelo IGPM até julho de 2018, conforme relação a seguir:

Relação de Bens ofertados para pagamento

Imóvel	Endereço	Matrícula	Cartório	Valor de Avaliação (Julho/16)	Registro e/ou Averbação de Penhora e/ou Hipoteca
Filial 14	Rua Carijós, nº 551 a 561, Belo Horizonte - MG	12.324-A	3º Ofício	73.739.117,75	R. 11 - Penhora - Estado MG R. 14 - Penhora - Estado MG R. 18 - Penhora Estado MG R. 20 - Penhora Estado MG AV. 23 - Indisponibilidade Cautelar R. 25 - Hipoteca - Estado MG AV. 16 - Indisponibilidade Cautelar R. 17 - Hipoteca - Estado MG
Filial 14	Loja CT - 42 - Galeria Ouidor	59.888	3º Ofício		
Filial 18	Av. Cristóvão Colombo nº 187 Loja 10, Belo Horizonte - MG	29.308	6º Ofício	5.750.590,19	R. 5 - Hipoteca Estado MG R. 7 - Penhora Estado MG AV. 8 - Indisponibilidade Cautelar R. 9 (penhora por exigência) - Hipoteca - Estado MG
Filial 18	Rua Pernambuco nº 1.291 Loja 11, Belo Horizonte - MG	29.309	6º Ofício		
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES	23.769	1º Of. 1ª ZN Vila Velha	4.350.077,45	AV. 9 - Indisponibilidade Cautelar R. 10 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG AV. 6 - Indisponibilidade Cautelar R. 7 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG AV. 9 - Indisponibilidade Cautelar R. 10 (pendente por exigência) - Hipoteca - Estado MG
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES - Apto 101	30.990	1º Of. 1ª ZN Vila Velha		
Filial 31	Av. Chapagnat, s/nº, Edifício Ceotto, Vila Velha - ES - Apto 102	21.401	1º Of. 1ª ZN Vila Velha		
Fazenda	Fazenda Campo Alegre	701	Cartório Reg. de imóveis de Jaboticatubas - MG	26.153.514,43	R. 2 - Penhora Estado MG R. 5 - Penhora Estado MG
TOTAL				109.993.299,82	

Os bens ali relacionados são de propriedade da controladora da Elmo, a EBO –Comércio e Administração S/A, que, de acordo com o Plano de Recuperação, **Item 2 – Da Alienação de Ativos e UPIs:**

Item 2 - A EBP Comércio e Administração S/A poderá ceder os recursos advindos da venda das UPIs criadas à Elmo S.A para que esta os utilize na concretização do Plano de Recuperação Judicial.

Os recursos advindos de Alienação de Ativos e de UPIs serão utilizados pela Recuperanda para:

- a) gestão do fluxo de caixa;*
- b) recomposição do capital de giro;*
- c) realização do seu plano de negócios;*
- d) pagamentos de despesas, inclusive da própria RJ;*
- e) pagamento de credores, conforme condições definidas no Plano;*
- f) pagamento de dívidas tributárias constituídas com a União, Estados e Municípios.*

Como se vê, o Plano aprovado já previa a possibilidade da controladora EBP ceder os recursos advindos da venda dos bens para pagamento de dívidas tributárias constituídas com a União, Estados e Municípios.

Quanto aos débitos de tributos estaduais, a Administração esclarece que “*os débitos eram prática recorrentes de não pagamento pelo ex gestor e que após o seu desligamento, a verdadeira gestão familiar propôs ao Estado de Minas Gerais alternativas de acerto em definitivo dos débitos. O Estado reconheceu a atitude da empresa e contrapôs sanear os débitos com a dação em pagamento de alguns imóveis, sendo aqueles disponíveis e/ou oferecidos em garantia para o Estado no passado. A proposta resultou em uma redução em torno de 90% dos juros e multas, com base nos preâmbulos do Programa Regularize, porém a redução aplicar-se-á apenas aos débitos inscritos em dívida ativa até 2016. Os débitos inscritos em 2017 serão incluídos no processo de Dação em Pagamento, mas não sofrerão reduções. Quanto aos débitos de 2018, inscritos em dívida ativa ou não, foram objeto de parcelamento excepcional e serão liquidados em 120 (cento e vinte) meses a partir de sua implantação, qual seja, novembro de 2018.*”

Salienta-se que o referido pedido de habilitação para regularização de créditos tributários aguarda homologação pelo fisco estadual.

Relativamente ao ICMS de competência do ente federativo Estado do Espírito Santo, a Administração esclareceu que estes foram consolidados no Refis (Programa de Parcelamento Incentivado de Débitos Fiscais) em março de 2018.

As medidas gerenciais implementadas somadas ao prazo de carência para pagamento do passivo, sendo elas: contração de dívidas com instituições financeiras para financiar o capital de giro, redução de despesas administrativas e custos, encerramento de filiais deficitárias, redução das despesas com pessoal, não permitiram ainda que sinais de recuperação financeira da empresa permitissem acumular o capital de giro necessário para a alavancagem financeira da Recuperanda, conforme delineado no Plano de Recuperação Judicial previsto para 2018.

Apesar desses esforços, o não pagamento de tributos e/ou pagamento parcial de obrigações tributárias e previdenciárias apuradas no período corrente elevaram ainda mais as dívidas dessa natureza constituídas em períodos anteriores.

Não se pode olvidar que o item 1.3 do Plano de Recuperação Judicial prevê que os créditos tributários federal, estadual e municipal apesar de não estarem sujeitos à recuperação judicial, serão posteriormente compostos

mediante legislação específica de cada órgão, o que tem sido providenciado pela Recuperanda.

Recomenda-se, assim, medidas para melhoria da rentabilidade da empresa, sejam elas por meio do incremento das receitas e/ou redução dos custos das mercadorias vendidas. Salienta-se ainda atenção às dívidas contraídas pela Recuperanda com instituições financeiras, devendo à mesma manter-se em patamares condizentes à sua capacidade de pagamentos futuros.

Por fim, recomenda-se ainda realizar rodízio entre as empresas de Auditoria constantes do mercado. O objetivo da troca periódica de auditores pelas companhias auditadas é evitar a perda de independência e rigor na execução dos serviços.

TERMO DE ENCERRAMENTO

Encerra-se o presente trabalho que é constituído de 50 (cinquenta) laudas, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2019.



Antônio da Costa Lima Filho

Perito Contábil

CRC-MG 41.323

ASPEJUDI N.º 075



Fabiana de Oliveira Andrade

Perita Contábil

CRC/MG 090.063